Relatório de Governo Societário 2020

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

Versão aprovada em reunião de Conselho de Administração a 25 de março de 2021

Índice

I. **Síntese (Sumário Executivo)** 3

II. **Missão, Objetivos e Políticas** 5

III. **Estrutura de capital** 7

IV. **Participações Sociais e Obrigações detidas** 7

V. **Órgãos Sociais e Comissões** 8

- A. **Modelo de Governo** 8
- B. **Assembleia Geral** 8
- C. **Administração e Supervisão** 9
- D. **Fiscalização** 23
- E. **Revisor Oficial de Contas (ROC)** 26
- F. **Conselho Consultivo** 27

VI. **Organização Interna** 27

- A. **Estatutos e Comunicações** 27
- B. **Controlo interno e gestão de riscos** 29
- C. **Regulamentos e Códigos** 33
- D. **Deveres especiais de informação** 35
- E. **Sítio na Internet** 35
- F. **Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral** 37

VII. **Remunerações** 37

- A. **Competência para a Determinação** 37
- B. **Comissão de Fixação de Remunerações** 38
- C. **Estrutura das Remunerações** 38
- D. **Divulgação das Remunerações** 40

VIII. **Transações com partes Relacionadas e Outras** 44

IX. **Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental** 46

X. **Avaliação do Governo Societário** 47

XI. **ANEXOS DO RGS** 49

I. Síntese (Sumário Executivo)

O presente Relatório sobre o Governo da Sociedade é elaborado nos termos do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e de harmonia e para cumprimento das orientações emanadas para o efeito pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, e da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) sendo tratadas diversas temáticas relacionadas com o funcionamento e governança da empresa.

A sociedade tem como objeto a gestão, locação e exploração do imóvel correspondente à infraestrutura desportiva do Autódromo Fernanda Pires da Silva.

A título de síntese, é de referir que a última alteração à estrutura do Conselho de Administração ocorreu em agosto de 2020.

O Presidente Prof. Dr. Miguel Jorge de Campos Cruz, apresentou renúncia ao cargo a 15 de junho de 2020, tendo sido nomeado na mesma data, em sua substituição, por Deliberação Social Unânime por escrito, o Dr. Mário Manuel Pinto Lobo.

O Conselho de Administração da empresa apresentou entre o dia 15 de junho e o dia 5 de agosto de 2020 a seguinte composição:

Presidente: Mário Manuel Pinto Lobo

Vogais: Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Câmara

O Presidente Dr. Mário Manuel Pinto Lobo apresentou renúncia ao cargo em 26 de junho de 2020, tendo sido nomeado por Deliberação Social Unânime por escrito, no dia 6 de agosto um novo Conselho de Administração para o mandato 2020-2022.

Assim, o Conselho de Administração da empresa apresenta desde essa data a seguinte composição:

Presidente (com funções não executivas): Jaime Serrão Andrez

Vogal (com funções executivas): Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão

Vogal (com funções não executivas): João Carlos da Silva Sacadura Pinhão

Ainda no que diz respeito ao governo societário é de referir que foi aprovado em outubro de 2016 pelo Conselho de Administração o Código de Ética e da Política de Gestão de Risco e Fraude da empresa.

Menciona-se de seguida as práticas mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2020.

CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo		**sim**	**não**	**data**
Artigo 43.º	apresentou plano de atividades e orçamento para 2020 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	X		17/12/2020
	obteve aprovação pelas tutelas setorial e financeira do plano de atividades e orçamento para 2020	X		24/12/2020
Artigo 44.º	divulgou informação sobre estrutura acionista, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios	X		-
Artigo 45.º	submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa	X		06/04/2021
Artigo 46.º	elaborou o relatório identificativo de ocorrências, ou risco de ocorrências, associado à prevenção da corrupção		X	-
Artigo 47.º	adotou um código de ética e divulgou o documento	X		10/2016
Artigo 48.º	tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, caso lhe esteja confiada			não aplicável
Artigo 49.º	prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental	X		-
Artigo 50.º	implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade	X		-
Artigo 51.º	evidenciou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se abstêm	X		25/11/2020

	de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses			
Artigo 52.º	evidenciou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de declararem as participações patrimoniais e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à IGF	X		-
Artigo 53.º	providenciou no sentido de que a UTAM tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do sítio na internet da Unidade Técnica		X	-
Artigo 54.º	apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)	X		06/04/2021

II. Missão, Objetivos e Políticas

1. A missão, e forma como é prosseguida, a visão e os valores na empresa:

   De acordo com a última versão dos respetivos estatutos, datados de 14 de maio de 2018, constitui **missão** exclusiva da CE – Circuito Estoril, SA, a gestão, incluindo locação, sublocação, exploração ou cessão de exploração do imóvel correspondente à infraestrutura desportiva do Autódromo Fernanda Pires da Silva, propriedade da sociedade.

   Em termos de **visão**, a empresa pretende colocar-se e manter-se como um destino de referência para o deporto motorizado e, fundamentalmente, um destino privilegiado para eventos do setor automóvel através da excelência e flexibilidade do serviço ao cliente, tirando partido da sua localização geográfica privilegiada.

   A condução dos negócios respeita os **valores** e princípios do rigor, de segurança e da transparência inerentes à situação da Sociedade, enquanto empresa de capitais públicos, e em estrita observância do regime jurídico do sector empresarial do Estado

2. Constitui orientação estratégica definida pela Tutela financeira a necessidade de manter a exploração do autódromo, reforçando as suas valências complementares e potenciando a sua valorização.

   a) Não foram, nos últimos anos, definidas pela Tutela sectorial quaisquer orientações de política desportiva ou de serviço público que vinculassem a empresa. Todavia, a CE colabora com as federações portuguesas de automobilismo e motociclismo de forma

estreita e permanente, apoiando o desporto motorizado nacional dentro daquilo que lhe é solicitado e que possa ser financeiramente rentável.
Constitui orientação estratégica interna, no cenário estatutário e tutelar referido, gerir o equipamento em causa com o objetivo central de criação de valor, assegurando o crescimento dos resultados líquidos com a visibilidade inerente e procurando, simultaneamente, manter níveis de endividamento residuais.
Por sua vez as políticas da empresa foram alinhadas com os objetivos estratégicos, realçando-se entre elas:
- Potenciar a qualidade do serviço prestado aos clientes,
- Desenvolver práticas ambientais adequadas, tendo em conta o tipo de atividade,
- Continuar as medidas de contenção de custos, promovendo a eficiência na gestão dos recursos disponíveis.
Em execução das orientações estratégicas externas e internas foram fixados objetivos de maximização da ocupação rentável e visível do Circuito Estoril, num cenário condicionado pelas perspetivas de conjuntura económica menos favorável e pela forte concorrência.

b) Constata-se que, apesar da situação conjuntural, em especial tendo em atenção a crise sanitária devido à pandemia COVID-19 e a evolução do setor automóvel, foram atingidos em 2020 134 dias de ocupação de pista, para uma ocupação prevista de 139 dias no orçamento retificativo.

A nível financeiro, face à previsão orçamental para 2020 de um resultado líquido antes de imposto de 615.172,65 euros negativos, obteve-se um resultado líquido antes de imposto de 2.493.620,18 euros, ancorado na contabilização de uma reversão de imparidade no montante de 2.976.868,41€ e também na agressividade comercial apesar da redução do número de dias de ocupação de pista e da qualidade dos eventos e, por isso, na redução do volume de vendas, face ao previsto.

Para um Resultado Liquido orçamentado negativo de 476.758,80€, obteve-se um Resultado Liquido positivo de 2.612.435,54€, o qual reflete o impacto da acima já referida reversão de Imparidades no montante de 2.976.686,41€. Sem o impacto desta operação o Resultado Liquido obtido seria negativo, mas ligeiramente melhor do que o esperado, isto é seria menos negativo que o orçamentado.

3. Os resultados reais da empresa dependem da manutenção e do incremento da carteira de clientes, assegurando o crescimento dos resultados. A empresa está inserida num forte ambiente concorrencial, não só em Portugal e Espanha, como no resto da Europa, já que os segmentos de negócio onde o Circuito Estoril se movimenta, quer a nível desportivo, quer comercial das marcas, constituem um mercado amplamente globalizado. É este mesmo mercado (concorrencial) que, face a alguma expectativa de retração de algum tipo de procura, tem vindo a contrair substancialmente, esmagando margens e ditando o aumento da concorrência entre os múltiplos circuitos existentes. Adicionalmente, também as marcas automóveis, face a alguma incerteza quanto ao ritmo de crescimento da procura e de lançamento de novos modelos, têm apresentado uma variabilidade significativa no seu relacionamento com os circuitos em geral.

4. No sentido de minimizar o impacto destes circunstancialismos, a empresa coloca especial ênfase no serviço prestado ao cliente, tentando que este seja diferenciador face aos

restantes circuitos, quer pela qualidade quer pela competitividade, estabelecendo desta forma, um relacionamento comercial duradouro.

III. Estrutura de capital

1. O capital Social da CE-Circuito Estoril, SA é de 10.000.000 de euros e encontra-se representado por 5.000.000 de ações no valor de 2 euros cada. A Parpública- Participações Publicas, (SGPS), SA é detentora de 100% do capital. Estes valores resultam da redução de capital em 20.000.000,00 de euros que ocorreu em maio de 2018, sendo que o capital anterior ascendia a 30.000.000,00 euros, e era representado por 15.000.000 ações.

2. Não são conhecidas outras limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações da sociedade, com exceção do seguinte: a transmissão e a oneração das ações dependem do prévio consentimento da CE – Circuito Estoril, SA, a ser prestado pela Assembleia Geral. No pedido do consentimento, o acionista identificará o interessado na aquisição e indicará o preço e as demais condições do negócio.

   A Sociedade pronunciar-se-á, sobre o pedido de consentimento, no prazo máximo de sessenta dias, ficando a transmissão automaticamente autorizada se tal não acontecer.

   A Sociedade, caso negue o consentimento, e sob pena de a transmissão ficar automaticamente autorizada, fará acompanhar a sua resposta da indicação da pessoa, ou pessoas, a quem o acionista poderá transmitir as ações, em condições iguais àquelas para que tinha interessado na aquisição, ou, caso a transmissão projetada fosse a título gratuito, por um valor a determinar nos termos do art.º. 105º, nº 2 do Código das Sociedades Comerciais.

3. Que sejam do conhecimento da sociedade, inexistem quaisquer acordos de natureza parassocial que conduzam a restrições na sua atividade.

IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

1. A CE bem como os seus órgãos sociais não são quer direta quer indiretamente titulares de participações noutras entidades.

2. Não existiu em 2020 aquisição nem alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.

3. Não existem ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

4. Não existem relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.

V. Órgãos Sociais e Comissões

A. Modelo de Governo

É consagrado nos estatutos da sociedade, na versão aprovada em 14 de maio de 2018, que a mesma dispõe de uma estrutura de governo monista.

1. O modelo de governo adotado na sociedade, integra um **Conselho de Administração**, uma **Assembleia Geral** e um **Fiscal Único**, podendo ainda vir a ser designado um **Secretário.** Os mandatos só terminam com o início de funções dos que sejam designados para substituir os membros cessantes.

B. Assembleia Geral

1. A Mesa da Assembleia Geral foi eleita para o triénio 2020-2022 em 6 de agosto de 2020, mantendo-se a mesma composição do mandato anterior. Os mandatos, cargos, nomes e designação são os que constam do quadro seguinte:

Mandato (Inicio-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
2013-2015	Presidente	Dr.ª Ana Paula Costa Ribeiro	AG	15-04-2013
2013-2015	Secretária	Dr.ª Catarina Amaral Marques	AG	15-04-2013

Mandato (Inicio-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
2020-2022	Presidente	Dr.ª Ana Paula Costa Ribeiro	DUE	06-08-2020
2020-2022	Secretária	Dr.ª Catarina Amaral Marques	DUE	06-08-2020

2. Não existe nenhuma deliberação acionista que, por imposição estatutária, só possa ser tomada com maioria qualificada.

C. Administração e Supervisão

1. Os membros da Mesa da Assembleia Geral e dos órgãos sociais são designados por períodos de três anos, coincidentes com os exercícios sociais.

   Nos casos em que a lei não a proíba, é permitida a recondução, por uma ou mais vezes.

   Os mandatos só terminam com o início de funções dos que sejam designados para substituir os membros cessantes.

2. A composição do Conselho de Administração por força dos estatutos da Empresa terá entre **três e sete membros**, sendo um deles Presidente, designado pela assembleia que eleger o Conselho. Nos casos em que a lei não a proíba, é permitida a recondução, por uma ou mais vezes. Os mandatos só terminam com o início de funções dos que sejam designados para substituir os membros cessantes.

   Através de Deliberação Social Unânime por Escrito de 20 de novembro de 2012 foram eleitos os membros do Conselho de Administração para o mandato correspondente ao triénio 2012-2014. Em 03 de Julho de 2013 o presidente apresentou renúncia ao cargo, tendo daí em diante passado a um regime de 2 vogais executivos. A 31 de Janeiro de 2017, o vogal José Manuel Pereira Mendes de Barros apresentou renúncia ao cargo. Por DSUE do acionista foi designado Presidente o Prof. Dr. Miguel Jorge de Campos Cruz.

   O Presidente, Prof. Dr. Miguel Jorge de Campos Cruz, apresentou renúncia ao cargo a 15 de junho de 2020, tendo sido nomeado na mesma data, em sua substituição, por Deliberação Social Unânime por escrito, o Dr. Mário Manuel Pinto Lobo.

   O Presidente, Dr. Mário Manuel Pinto Lobo apresentou renúncia ao cargo em 26 de junho de 2020, tendo sido nomeado por Deliberação Social Unânime por escrito, no dia 6 de agosto um novo Conselho de Administração.

   Assim, o Conselho de Administração da empresa apresenta desde essa data a seguinte composição:

   Presidente (com funções não executivas): Jaime Serrão Andrez

   Vogal (com funções executivas): Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão

   Vogal (com funções não executivas): João Carlos da Silva Sacadura Pinhão

   Os mandatos, com duração estatutária de 3 anos cada, os cargos e nomes são os que constam do quadro seguinte:

Até 15 de Junho de 2020

Mandato (Inicio-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	(O/D)
2012-2014	Presidente	Miguel Jorge de Campos Cruz	DUE	12-04-2017	ACIONISTA	O
2012-2014	Vogal	Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Camara	DUE	20-11-2012	CE	O

De 15 de Junho a 5 de Agosto de 2020

Mandato (Inicio-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	(O/D)
2012-2014	Presidente	Mário Manuel Pinto Lobo	DUE	15-06-2020	ACIONISTA	O
2012-2014	Vogal	Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Camara	DUE	20-11-2012	CE	O

A partir de 6 de Agosto de 2020

Mandato (Inicio-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	(O/D)
2020-2022	Presidente	Jaime Serrão Andrez	DUE	06-08-2020	ACIONISTA	O
2020-2022	Vogal	Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	DUE	06-08-2020	ACIONISTA	O
2020-2022	Vogal	Joao Carlos da Silva Sacadura Pinhão	DUE	06-08-2020	ACIONISTA	O

3. A distinção entre membros executivos e não executivos na sociedade é a consta dos quadros seguintes:

Até 15 de Junho de 2020

Cargo	executivas/não ex	Nome
Presidente	executivas	Miguel Jorge de Campos Cruz
Vogal	executivas	Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Camara

De 15 de Junho a 5 de Agosto de 2020

Cargo	Funções	Nome
Presidente	executivas	Mário Manuel Pinto Lobo
Vogal	executivas	Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Camara

A partir de 6 de Agosto de 2020

Cargo	Funções	Nome
Presidente	não executivas	Jaime Serrão Andrez
Vogal	executivas	Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão
Vogal	não executivas	Joao Carlos da Silva Sacadura Pinhão

4. Dando cumprimento ao estabelecido nos princípios de bom governo das empresas de capitais públicos, o presente Relatório inclui de seguida os curricula dos membros do Conselho de Administração que exerceram funções no ano de 2020.

Presidente, executivo: Miguel Jorge de Campos Cruz - (*exerceu funções até 15/6/2020)*

Doutorado em Economia pela London Business School, Mestrado em Gestão, MBA em Finanças e licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa, onde foi Investigador no Centro de Estudos Aplicados e Professor convidado.

Entre 1 de fevereiro de 2017 e 15 de junho de 2020 foi Presidente do Conselho de Administração e CEO da PARPÚBLICA, SGPS, S.A., a holding pública de participações do Estado em empresas, de que se destacam empresas como a TAP SGPS, a Águas de Portugal SGPS, S.A., a Baía do Tejo, a Estamo, a Companhia das Lezírias, entre outras.

Entre abril de 2017 e junho foi membro do Conselho de Administração da empresa Águas de Portugal SGPS, e Presidente do Conselho de Administração da Circuito Estoril. Foi ainda Presidente do Conselho de Administração da SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projectos, S.A. até 15 de junho de 2020.

É embaixador em Portugal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Foi, até 31 de janeiro de 2017, Presidente do IAPMEI (Agência para a Competitividade e Inovação), onde desempenhou anteriormente também funções de vogal do conselho diretivo. Foi ainda Presidente do Conselho de Administração da Agência de Inovação, S.A..

Miguel Cruz desempenhou as funções de vice-presidente da SPGM (Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua) desde 2011, tendo sido ainda presidente do Conselho Geral e de Supervisão da Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A., da Assembleia Geral da FNABA (Federação Nacional de Business Angels), presidente da Mesa da Assembleia Geral da APCRI (Associação Portuguesa de Capital de Risco), presidente da Mesa da Assembleia Geral da AICEP Global Parques, presidente da Mesa da Assembleia Geral da PME Investimentos – Sociedade de Investimentos, S.A..

Foi, desde 2009, membro do Conselho Interministerial de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento. Miguel Cruz representou, ainda, entre 2012 e 2017, Portugal junto da Comissão Europeia, como SME Envoy.

Foi também presidente do Conselho de Administração do CEDINTEC – Centro para o Desenvolvimento e Inovação Tecnológicos, e presidente do Conselho de Administração da Agência de Inovação.

Desempenhou, ainda, funções de administração no PRIME (Programa de Incentivos à Modernização da Economia), POE (Programa Operacional da Economia), Programa Energia, Direção-Geral da Indústria (DGI) e esteve na origem do research de mercados financeiros do Banco CISF. Foi também, brevemente, jornalista no Semanário Económico.

Integrou diversos júris sobre empreendedorismo e de avaliação e financiamento de projetos, bem como de seleção de artigos sobre empreendedorismo e inovação.

Continua ligado à vida académica, na Universidade Católica Portuguesa, e na Universidade Autónoma de Lisboa.

Vogal, executivo: Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Câmara- *exerceu funções até 5/8/2020)*

Formação Académica

- Bacharelato, Curso Superior de Secretariado /Diploma of European Secretaries pelo ISLA em 1978
- Curso Comercial pela London School of Foreign Trade (Londres) em 1974

Experiência Profissional

- Desde agosto de 2020, Diretora-Geral da CE-Circuito Estoril S.A.
- De novembro de 2012 a agosto de 2020, Vogal Executivo do Conselho de Administração da CE-Circuito Estoril S.A.
- De abril de 2002 a novembro de 2012, Diretora de Marketing da CE-Circuito Estoril S.A.
- De abril de 1993 a julho de 2000, Técnica Especialista 3º escalão do Departamento de Eventos Especiais na Direção dos Serviços de Turismo Macau
- De Janeiro de 1981 a Agosto de 1987, Secretária de Administração da D.A.Knudsen Lda. e Consulado Geral da Suécia em Lisboa

Presidente, executivo: Mário Manuel Pinto Lobo - (*exerceu funções de 15/6/2020 a 5/8/2020)*

Formação Académica

Licenciatura em Direito (vertente jurídico-económicas) pela Faculdade de Direito da Universidade Classica de Lisboa – 1987

Curso Avançado de GestãoPública (CAGEP), Instituto Nacional de Administração, INA – 2006

Experiência Profissional

Administrador da Parpublica, SGPS, de 20 de dezembro de 2017 a 26 de julho de 2020

Administrador da Sagesecur, de 25 de junho de 2018 a 26 de julho de 2020

Assessor na Direção-Geral das Atividades Económicas, 2016/17

Administrador da ANA – Aeroportos de Portugal, S.A. – 2012/2016

Diretor-Geral das Atividades Económicas, no Ministério da Economia e do Emprego, 2007/12

SME Envoy por Portugal, nomeado pelo Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento – 2011/12, em acumulação com o cargo de Diretor-Geral das Atividades Económicas

Diretor Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais, no Ministério das Finanças e da Administração Publica, 2001/07

Administrador (suplente) do BEI, em representação de Portugal e Espanha, no quadro do respetivo Acordo de Constituência, 2003/06

Representante de Portugal no Comité da Faculdade Euro-Mediterrânica de Investimento e Parceria (FEMIP), do BEI

Coordenador em representação de Portugal, da Comissão de Acompanhamento do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo verde (COMACC) 2001/06

Preparação e participação em diversas Assembleias Anuais do FMI, Banco Mundial e em outras instituições Financeiras multilaterais, BERD, BID, BAD e BAsD

Representante do Ministro de Estado e das Finanças nas Assembleias Anuais do BAsD e do BID, 2004

Subdiretor-Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais no Ministério das Finanças e da Administração pública, - 2000/01

Subdiretor Geral das Relações Económicas Internacionais, no Gabinete de Estudos e Prospetiva Económica, (GEPE) e no Gabinete para os assuntos Comunitários (GAC) dos ex-Ministérios da Economia e da Industria e Energia, 1993/00

Chefe de Divisão no GAC, do ex-Ministério da Industria e Energia, 1992/93

Técnico Superior do GAC, no Instituto Português da Qualidade (IPQ) e na Direção-Geral da Qualidade (DGQ) do Ex-Ministério da Industria e Energia, 1988/92

Atividade associativa

Presidente da Direção da Assembleia Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1980/81

Presidente, não executivo: Jaime Serrão Andrez- (*exerce funções a partir de 6/8/2020)*

Formação Académica

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, em 1978, pelo ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade de Lisboa.

Experiência Profissional

Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da PARPÚBLICA – Participações Públicas SGPS e Professor Catedrático Convidado do ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão), da Universidade de Lisboa.

É, ainda, Presidente dos Conselhos de Administração do CE - Circuito Estoril, S.A. e da SAGESEGUR Sociedade de Estudos Desenvolvimento e Participações em Projetos. S.A., e Vogal não executivo das empresas EPS - EFACEC POWER SOLUTIONS, SGPS e Águas de Portugal, (SGPS), S. A.

Anteriormente, entre outros cargos, foi Presidente da Comissão Diretiva do Programa COMPETE 2020, Vogal do Conselho da Autoridade da Concorrência, Presidente do Conselho Diretivo do IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação), Presidente do Conselho de Administração da Inovcapital (Sociedade de Capital de Risco, S.A.), Presidente do Conselho de Administração do INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), Membro do Conselho Superior de Ciência, Tecnologia e Inovação, Vogal do *Executive Board* do Conselho de Administração da OEP (Organização Europeia de Patentes), Vogal do Conselho de Administração do CTCOR (Centro Tecnológico da Cortiça), Vogal do Conselho Directivo do IFEA (Instituto de Formação Empresarial Avançada) e Coordenador do PEDIP e do PEDIP II.

De 1996 a 1997 foi Secretário de Estado do Comércio e Turismo (XIII Governo Constitucional).

Vogal, executivo: Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão (*exerce funções a partir de 6/8/2020)*

Formação Académica

- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas - Universidade Católica Portuguesa (1990)
- Programa Customer Strategic Management in Banking - AESE Business School (nov. 2019 – fev. 2020)

Experiência Profissional

- Vogal do Conselho de Administração com funções executivas - Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. - desde julho 2020
- Vogal do Conselho de Administração com funções executivas - CE – Circuito Estoril, S.A. - desde julho 2020
- Vogal do Conselho de Administração com funções não executivas - Sagesecur – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A. - desde julho 2020
- Diretora Coordenadora na Direção de Mercado de Capitais – Ações - Caixa - Banco de Investimento, S.A. - de 2008 a julho 2020
- Vogal do Conselho de Administração com funções não executivas - Caixa Capital – Sociedade de Capital de Risco – de 2018 a julho 2020
- Membro representante do Caixa – Banco de Investimento na European Securities Network de julho de 2012 a julho 2020 tendo desempenhado as funções de Chairman entre 2013 e 2015
- Diretora e Diretora–Adjunta na Direção de Corporate Finance Ações - Caixa - Banco de Investimento, S.A. - 2000 - 2008
- Integrou a Direção de Serviços Financeiros do Banco Cisf/ Millennium bcp investimento - 1995 – 2000
- Desempenhou funções de Analista Financeira na área de Corporate Finance - SEFIS (Banque Indosuez) - 1993 - 1994
- Desempenhou funções de Analista Financeira no Departamento de Estudos – Sogeval - 1990 – 1992

Vogal, executivo: João Carlos da Silva Sacadura Pinhão (*exerce funções a partir de 6/8/2020)*

Formação Académica

- Licenciatura em Gestão, Instituto Superior de Economia e Gestão, em 1992

- Master Business Administration - Especialização em Finanças, Universidade Católica, em 1997

- Certificação em Financial Risk Management, GARP-Global Association of Risk